



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 15ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 01 de abril de 2019, com início às nove horas sob a Presidência do Vereador **ALÉCIO ESPÍNOLA**, secretariada pelo vereador **CABRAL** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rafael Brugnerotto, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara. (Execução do Hino Nacional e leitura de passagem da Bíblia feita pelo vereador Celso Dal Molin) – Presidente: Havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Ofício nº 36/2019 - pedido de arquivamento do PLO nº 9/2019; Ofício nº 33/2019 - licença saúde vereador Romulo Quintino; Ato da Mesa Diretora nº 4/2019 - concessão de licença saúde para o vereador Romulo; Parecer da Comissão de Saúde e Assistência Social nº 7/2019; Parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas nº 3/2019; Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento nº 3/2019; Pareceres da Comissão de Justiça e Redação nº 36, 44 e 57/2019; Requerimentos nº 111, 112 e 113/2019. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Celso Dal Molin, Parra, Serginho Ribeiro, Paulo Porto, Mazutti, Bocasanta, Valdecir Alcântara, Olavo Santos, Policial Madril, Josué de Souza e Carlinhos Oliveira. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** – Presidente: Em única discussão e votação o parecer contrário 147 da Comissão de Justiça e Redação, dispõe sobre a gratuidade no transporte coletivo urbano em Cascavel aos pacientes em tratamento do câncer na forma que especifica. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Essa proposta surgiu quando estava num programa de rádio e uma senhora com familiar falou ao vivo e fui anotando. A Carta Magna garante o direito à saúde a todos então foi uma forma que achamos de compilar isso num projeto de lei, comprado isso por receituário, por médico. Peço voto contrário ao parecer pra que possamos discutir em sessão e chamar as empresas pra que possam fazer parte desse social para as pessoas que estão em tratamento que recebam renda de até 2 salários mínimos comprovados. Peço voto contrário ao parecer. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Entendo a estimativa inclusive orçamentária, a questão do custo. Quando há a situação de beneficiar uma entidade alguém acaba pagando a conta. Mas o interesse público é maravilhoso. Na época demos parecer contrário mediante não ter receita. Acho muito importante. Vemos muitas empresas que têm suas demandas e ajudam entidades, não que essa não esteja ajudando. Vou votar contrário ao parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Tem a questão do parecer contrário, mas temos que analisar o mérito. É uma doença que vem ceifando muitas vidas. Acredito que devemos dar segmento ao projeto por isso meu voto contrário ao parecer. – Presidente: Com a palavra vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Esse parecer da comissão no meu entendimento está correto porque no projeto também não veio o estudo do impacto financeiro. Podia ter feito uma indicação e o Executivo fazer um estudo do impacto financeiro e vir do Executivo porque essas passagens não seriam de graça porque as pessoas que pagam passagem estariam pagando pra essas pessoas. Vou seguir o parecer da comissão porque vai ter impacto



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

financeiro e nesse caso cabe ao Executivo um projeto dessa natureza. Vou acompanhar o voto do relator e o parecer da comissão. – Presidente: Com a palavra vereador Misael Junior. - Vereador Misael Junior: A tese do vício de iniciativa na minha avaliação pode ser derrubada. Talvez a comissão pudesse buscar esse estudo, Policial Madril, que tornaria esse projeto legal. Poderíamos acrescentar, se passar o projeto, a questão de todas as pessoas que têm atendimento pelo SUS. Voto contra o parecer. – Presidente: Com a palavra vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Tenho a convicção do que queremos do governo. Quanto maior a gratuidade, maior os impostos. Quem vai ser contra fornecer passagem pra quem tem câncer, só que tudo isso sai da outra ponta. Se vamos votar a favor de mais gratuidade, queremos um país mais socialista. Uma passagem a mais vai fazer diferença? Não ou sim. Temos que ver que se a gente der mais passagem gratuita mais custar mais pra o empregado, que será mais para o patrão que vai ter que demitir por não conseguir manter os custos. Vou votar contra porque tenho a opinião que a pessoa que tem câncer e não tiver condições tem que ganhar gratuitamente, mas vendo como pagador de impostos, vejo de outra forma. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Parra. - Vereador Parra: Acho que a boa intenção do vereador Pedro Sampaio é louvável. Agora, fui procurado pelas mães, associações de Cascavel pelo autismo que querem colocar também para o acompanhante que tenha essa gratuidade porque às vezes tem criança e tem que levar. A empresa vai ter que colocar nos custos. Pensando nos usuários que pagam o transporte coletivo a gente começa a criar dificuldade. Sou favorável, mas vamos fazer que o poder público absorva e pague essas passagens. Temos que muita cautela nisso. Peço voto favorável ao parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Cascavel hoje é uma referência, um polo no tratamento de câncer. O projeto é bonito, é bom, só que o município não aguenta bancar toda essa gratuidade. Infelizmente, no momento que a gente está discutindo tirar a gratuidade do 60 a 65 anos que tinha um projeto protocolado aqui nessa Casa que foi retirado, eu acho que esse projeto apesar que ele é da data de 2007, ele vem na contramão porque numa manobra muito grande a passagem do transporte coletivo ia para R\$ 4,15 que as empresas queriam. O prefeito travou um debate muito grande, travou uma grande briga para não deixar passar dos R\$ 4,00 ir para R\$ 3,90. Não existe gratuidade, quando alguém está andando sem pagar tem alguém que está pagando. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Sampaio: No artigo segundo está: perceber renda mensal de até dois salários mínimos. Isso é para aquelas pessoas hipossuficientes. - Vereador Josué de Souza: Pelo que está escrito qualquer pessoa do Brasil que vem fazer o tratamento em Cascavel teria o benefício. Esse projeto tem vício de iniciativa, tem que vir do Executivo. Peço voto favorável ao relatório desse projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Carlinhos Oliveira. - Vereador Carlinhos Oliveira: Esse projeto também fazia parte da intenção do nosso mandato quando iniciamos ele tendo em vista que nós já temos um trabalho junto a Uopecan e conversando com assistente social na época ela nos falou sobre a gratuidade das pessoas que vêm de fora do município para Cascavel, elas não pagam o pedágio e também o transporte intermunicipal também é gratuito para essas pessoas, mas quando nós estávamos fazendo o estudo com relação a apresentar uma lei que possibilitasse a gratuidade para essas pessoas que necessitam, estamos jogando mérito, isso não tem nem o que se falar com relação ao mérito do projeto, mas nós descobrimos a questão do vício de iniciativa. Até respeitando



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

todo o trabalho que vem sendo feito pelo próprio Mauro na questão da revisão de leis que nós não conseguimos avançar, nós decidimos segurar o projeto não apresentamos o projeto para que não fosse mais uma lei que passasse e não tivesse como se cumprir. Acredito que o parecer está correto e nós vamos seguir o parecer. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Há uma interpretação de que é há vício na perspectiva de não poder aprovar esse projeto. Queria lembrar que essa Casa, não essa legislatura, mas essa Casa com parecer favorável contra meu voto, votou pela bilhetagem eletrônica. Essa Casa já debateu voto para baixar gratuidade. Me pergunto: não tem vício nenhum legislar para a empresa pode, legislar para o usuário, não. Me preocupa esse debate, por isso entendendo que há interpretações mesmo questionando ou não o mérito, vamos debater o mérito depois, eu votarei contrário ao parecer porque eu não aguento mais essa Casa votar só a favor do empresário. Por causa disso vou votar neste caso contra o parecer. – Presidente: Com a palavra vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Interessante hoje a discussão que vai pairar o direito constitucional. Venho percebendo que é considerado não é a questão do direito constitucional em si e sim o pano de fundo que paira esses projetos e esses pareceres. Semana passada nós trouxemos aqui projeto de lei do Mazutti e eu defendi que fosse derrubado o parecer. Temos uma dúvida quanto ao aumento das prerrogativas, tenho comigo de que devemos trabalhar para aumentar as nossas prerrogativas e não diminuir. Aqui a gente costuma, nunca vi, trabalhar contra nós mesmos e isso é muito preocupante. Esse projeto aqui com todo respeito eu vejo um vício de iniciativa bem evidente. Obrigado. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mauro Seibert, Policial Madril, Rafael Brugnerotto e Valdecir Alcântara). (Foram contrários os vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Fernando Hallberg, Mazutti, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Serginho Ribeiro). – Secretário: 9 votos favoráveis e 9 contrários. – Presidente: Com 9 votos favoráveis e 10 contrários aprovado o Projeto de Lei nº 01/2018. Segue a tramitação do projeto. Em única discussão e votação o Parecer contrário nº 04/2019 da Comissão de Justiça e redação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Eu continuo a mesma linha da minha fala. Até deixar claro aqui: na última sessão lá do Mazutti eu pedi voto contrário ao parecer que criava mais provocativos quando eu tenho uma certa dúvida sobre a questão da possibilidade da tramitação não, eu passo para segunda análise que é a questão o projeto é bom, o projeto tem um cunho social interessante. No projeto do Mazutti fiz exatamente a mesma coisa e essa casa foi favorável ao parecer. O que eu não quero aqui é que a comissão de redação Justiça comece a ter pareceres uma hora para um, uma hora para outro conforme o gosto do freguês. O mérito é sensacional porque estamos criando, ou melhor, para que seja obrigatório na contratação de obra pública pra evitar que as obras fiquem inacabadas. Respeito a decisão aqui, mas gostaria que fosse derrubado porque eu fui no ferro e fogo dentro do que essa Casa decidiu e nesse caso específico não é tão matemático assim porque fala ali: cabe ao poder competente. Já vi o deputado federal Arruda propondo o mesmo projeto em nível nacional para modificar a lei das licitações e aumentar o valor disso daí. Por que o legislativo Nacional pode e o Legislativo Municipal não pode? Pode. Então, não vou aqui sustentar arduamente que se mantenha o parecer, mas se temos uma



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pequena dúvida aumentamos nosso objetivo. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Vou justificar o meu voto contrário ao parecer anterior e só uma correção: eu acho que as empresas não poderão entrar porque elas cumprem um contrato que elas repassam o custo mais 5% de lucro, já determinado lucro. Esse custo do que for colocar de gratuidade é rateado entre todos os usuários. Creio que a gente tem que aprofundar um pouco mais nessa discussão, mas principalmente trabalhar, se pode haver segurança jurídica, por que não. Nesse caso aqui do projeto do Carlinhos, que de fato está de parabéns porque é brilhante o projeto, acho que nesse caso aqui passando pela câmara de vereadores e o prefeito sancionando vai aqui haver segurança jurídica também porque já há uma previsão federal. Então, eu também vou votar contrário ao parecer da Comissão de Justiça. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Carlinhos Oliveira. - Vereador Carlinhos Oliveira: Na Lei Orgânica do Município são taxados em seus artigos 61 artigo primeiro e no artigo 44 respectivamente quando as matérias que são de iniciativa privada do chefe do Poder Executivo Municipal. São leis que de alguma forma mexem com atribuições e a estrutura administrativa do Poder Executivo, o que não acontece no nosso projeto e a nossa intenção como não quero entrar no mérito do projeto agora que nós vamos discutir ele mais para frente, mas a lei 8666 já traz essa prerrogativa que a lei de licitação Federal onde dá a possibilidade ao poder executivo de se criar mecanismos de segurança jurídica para as licitações e uma delas é a questão do seguro obrigatório para todas as licitações. Podemos criar esse mecanismo para as próximas licitações. Não estamos mexendo em nada que já está constituído. Peço voto contrário ao parecer da comissão. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Sou relator desse projeto. Nós discutimos e pedimos inclusive o adiamento por 10 dias desse projeto para gente melhor analisar e tentar achar uma saída pela importância do projeto. Achamos que o projeto é muito bom para a sociedade uma vez que ele pede que tenha as garantias contratuais nas licitações, mas entendemos também que na lei 8666 que regulamenta essas questões das licitações já contempla isso, já dá normativas e diz que cabe ao poder executivo. Entendemos que cabe de repente um requerimento, um ofício pedindo ao executivo que já cobre isso dos contratos porque já está na lei. Entendemos que aqui havia vício e por isso o parecer contrário. Voto com o parecer por entender que apesar do projeto ser bom cabe ao executivo. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Esse parecer da Comissão de Justiça e redação eu entendo que há outro viés que dá para ser seguido que nesse caso poderia ser feito um estudo para que se adequasse porque tem alguns projetos que está usando o jeitinho brasileiro para passar, agora nesse aqui a gente tem uma lei federal que já fala sobre essa garantia só que a lei federal deixa meio vago porque ela deixa a critério do executivo e o critério não são para todos. Então, você pode selecionar a pessoa que vai precisar ter essa garantia e as que não vão ter. Outra situação que eu também estudei e vi que o projeto do vereador Carlinhos tem que prosseguir é o artigo 19 da Lei Orgânica do Município que dispõe: ao município compete promover o respeito de seu peculiar interesse e o bem-estar cabendo-lhe coletivamente dentre outras as seguintes atribuições: legislar sobre assuntos de interesse locais. Faço essa fala pra justificar meu voto contrário. Muitas empresas vêm participar de licitação, mas eles não têm a condição de manter o serviço. Acredito que esse parecer tem que ser derrubado e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

esse projeto tem que prosseguir. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Por que a lei não foi regularizada no Congresso? Para continuar fazendo falcatura. Um exemplo aqui do posto de saúde Pioneiros catarinenses e lá do Presidente os caras pararam na metade da obra e foi desvio de dinheiro. Vai acabar as falcaturas. A Lei 3866 já deveria ter esse Seguro. Se o município de Cascavel adotar esse sistema a obra será mais cara, mas com certeza será terminada a não ser que no meio vinho tenha algum engenheiro corrupto, prefeito corrupto que vai aceitar a obra pela metade. Vou votar contrário ao parecer porque isso faz com que os picaretas de plantão não vão mais atuar no nosso município. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Também votarei contrário ao parecer pra entender a importância desse projeto no município de Cascavel. Essa regulamentação através desse projeto de lei é fantástica. Temos obras inacabadas e quem sempre está pagando é o contribuinte. Por isso votarei contrário ao parecer. - Presidente: Com a palavra vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Na verdade mostra a credibilidade, trabalho sério tem que ser desenvolvido a favor do que é certo. Também aprovei aqui nessa casa e agradeço o projeto 89 que proíbe inauguração de obras inacabadas, inaugurava, mas não estava nem pronta. Também tem as licitações fraudulentas, temos que acabar com isso. Também votarei para derrubar porque na verdade é um ótimo projeto. Chega de jeitinho. - Presidente: Proceda votação nominal senhor secretário. (Foi favorável o vereador: Josué de Souza). (Foram contrários os vereadores: Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rafael Brugnerotto, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). - Secretário: 1 voto favorável e 17 contrários. - Presidente: Com 1 voto favorável e 17 contrários continua a tramitação do projeto. Em primeira discussão e votação projeto de lei 017/2019. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. - Vereador Celso Dal Molin: É um assunto polêmico, mas é a história de Cascavel que está em jogo. Em 2011 não se comemorou o aniversário de Cascavel de 59 anos, não teve nenhuma lei, nenhum decreto, nada, simplesmente pulou um ano e não se comemorou o aniversário de 59 anos. A lei 790 do Governo do Estado do Paraná diz que todos os municípios tinham que se formar no quinquênio: 52 53 54 55 56. Não tem como Cascavel ter sido formada em 51. Temos o artigo segundo que diz assim: as novas unidades administrativas serão instaladas na data da posse dos respectivos prefeitos. A primeira lei do município de Cascavel diz assim: ata de instalação do município de Cascavel termo especial de compromisso e posse do cargo de prefeito. Isso aconteceu aos 14 dias do mês de dezembro do ano de 1952. Então nós temos aqui confirmado que Cascavel passou a ser município em 14 de Dezembro de 52. Assassinar a história do nosso município. Que vantagem isso vai trazer para nós nesse momento? Nenhuma, a não ser acertarmos a nossa história, darmos dignidade a Cascavel, respeitar os pioneiros. Peço a todos os senhores vereadores que nos ajudem a acertar a história de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Paulo Porto: Parabenizá-lo. Nos inspira a paixão que você trabalha suas bandeiras e seu foco. Meu voto será favorável. - Vereador Celso Dal Molin: Agradeço toda minha assessoria que corremos atrás pra buscar todas essas informações. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: O senhor está de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

parabéns, trouxe uma farta documentação que comprova através de documentos toda essa questão. O único ponto que eu pensei em levantar, como tem uma discussão com a sociedade sobre isso se não era interessante a gente fazer um plebiscito a respeito dessa questão da data do aniversário de Cascavel que mudamos já para 14 novembro, agora volta para o 14 de dezembro e por mais que eu entenda que o senhor está correto na sua colocação aqui, mas será que não é interessante a gente trabalhar com a população essas informações também para que de repente ela mesma possa então escolher que data que gostaria de comemorar o aniversário. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Mandei o dossiê para todos os lados, mandei para todas as entidades. Ninguém questionou o meu fato, mas maioria me ligou dizendo que eu estava no caminho certo, eu acredito que não é preciso nesse momento partimos pra essa situação. Acredito que já pode ser votado. - Vereador Fernando Hallberg: Era o que eu tinha. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: O Celso fez uma bela pesquisa, mas eu acho assim que como mexe com o comércio, mexe com as pessoas eu gostaria se for possível a gente pedir adiamento desse projeto para a gente melhor discutir ele, talvez se faz um plebiscito ou se votamos em votação, o que que a gente pode fazer aí, pelo um prazo de cinco sessões. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: O pedido de adiamento não cabe neste momento porque primeiro que os empresários estão contentes com a lei. Quanto à comemoração fica oficializado 14 dezembro aniversário de Cascavel. Gostaria de pedir voto contrário ao adiamento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Parra: Você disse que a data de 14 de novembro foi decidida em audiência pública. – Vereador Celso Dal Molin: Sim. Houve uma audiência pública em 2010, mas audiência pública a tese era a seguinte: qual era a melhor data para se comemorar, era 14 de Dezembro e aí decidiram 14 de novembro e colocaram junto com 15 de Novembro para comemorar. Mas na lei está escrito assim: define-se como aniversário de Cascavel 14 de novembro, mas quem estava aqui e assinou a ata, assinou achando que estava escolhendo só a data que ia se comemorar e não a mudança de aniversário. - Vereador Parra: Só gostaria que uma audiência pública, é sempre soberana, se a população escolheu essa comemoração de 14 de novembro para a gente manter pelo menos a comemoração o aniversário 14 de Novembro já que foi uma decisão de uma audiência pública. – Vereador Celso Dal Molin: Só que na audiência pública não se discutiu a mudança da data, mas sim a comemoração qual que era melhor para comemorar. Eu peço mais uma vez voto contrário ao adiamento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Será que não é interessante a gente já definir essa questão de comemoração de data. Na minha opinião está certo, 14 de dezembro e tem que ser comemorado 14 de Dezembro também e tem que ser definido isso para nunca mais ter mudado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Lógico. Pode isso. Inclusive tem um projeto vindo já deixando 14 de novembro desse ano facultativo. Só história que nós estamos acertando. Se quiser comemorar em outra data não teria problema nenhum, mas a gravidade aqui é que pularam um ano sem lei, sem decreto, sem nada. – Presidente: Nós temos dois vereadores favoráveis, um que é contra que é o Celso. Agora eu vou abrir a palavra para mais um que seja contra e aí nós faremos a votação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Sempre votei a favor dos adiamentos, mas neste caso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

abro exceção por entender que já foi amplamente discutido esse projeto. Não vejo nenhum sentido para poder pedir adiamento inclusive discordo da ideia de um plebiscito para ver qual é o dia correto. O dia correto é o dia correto. Não é uma questão política ou de entendimento, é de fazer a conta matemática e histórica que o Celso Dal Molin fez. Peço o não adiamento para ir para votação. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Mesmo que esse projeto seja derrubado, não podemos adiar ele porque existe um calendário de 2020 e as pessoas já estão se organizando. Acabaremos prejudicando as pessoas que estão organizando o calendário 2020. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador Paulo Porto: Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Temos que respeitar essa data do Município, mas não sei, esse projeto que está vindo de ponto facultativo, de repente poderia ser feito isso através de uma Emenda ou tem que ser outro projeto? - Vereador Josué de Souza: Questão de ordem. Estamos discutindo o adiamento e não o projeto. – Vereador Jaime Vasatta: Estamos discutindo a data. - Vereador Paulo Porto: Encerro pedindo voto contrário ao adiamento com respeito à extensa pesquisa e exaustivo debate em relação ao projeto de lei. – Presidente: Vamos à votação do adiamento. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Cabral, Bocasanta, Fernando Hallberg, Josué de Souza, Mazutti, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Pedro Sampaio, Policial Madril, Serginho Ribeiro). (Foram contrários os vereadores: Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Mauro Seibert, Paulo Porto, Rafael Brugnerotto e Valdecir Alcântara:). – Secretário: 11 votos favoráveis e 7 contrários. – Presidente: Com 11 votos favoráveis e 7 contrários aprovado adiamento do projeto. Em discussão e votação do projeto de lei 016 de 2019. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Pedir adiamento também pra 5 sessões porque eles colocam o nome das ruas aqui a gente fica meio perdido. Se a prefeitura trouxesse um mapa aonde mostraria as mudanças porque por nome a gente não conhece todas as ruas de Cascavel. Pedir adiamento de 5 sessões ou até menos até que a prefeitura trouxesse o mapa pra clarear nossa mente. – Presidente: Em votação o pedido de adiamento por 5 sessão do projeto 016 de 2019. Em discussão. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio: Concordo com o vereador Bocasanta porque lá no meu bairro ele sempre sai região do Pacaembu. A definição do mapa seria muito importante mesmo que eu não moro no Pacaembu, moro no Jardim Nova York fica essa situação. Eu moro no Nova York ou na região do Pacaembu? O vereador Bocasanta tem razão. Seria importante esse mapa para que nós pudéssemos ter realmente a atenção necessária para votação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Eu acharia que não precisaria de cinco sessões, três sessões estaria de bom tamanho, mas como foi proposto 5 sessões eu vejo a importância de ter este mapa onde coloca para nós visualizarmos de maneira melhor. Eu vejo assim de grande importância ter uma apresentação ou uma reunião com o Conciudades para ter uma apresentação mais clara, mais definida para cada bairro. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Concordo com o Bocasanta. – Presidente: Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Pedido de adiamento por 5 sessões aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei 025 de 2019, autoria do Vereador Pedro Sampaio. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. -



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Pedro Sampaio: Esse projeto de título de utilidade pública a Associação desportiva atletas do futuro – ADAF, fui procurado pela coordenação do projeto. Colocamos esse projeto em apreciação pelo trabalho e desenvolvimento das práticas e manifestações esportivas da ADAF. Hoje ela tem um trabalho esportivo social e atende inúmeras crianças, isso dá uma amplitude maior da comissão técnica poder trabalhar com os pequenos valores. Temos lá a categoria sub-5, sub 7 sub-9, sub-11 todas de destaque nacional. A declaração de utilidade pública conferida pelo legislativo oportunizará para que eles tenham um alcance maior. Hoje a associação tem estatuto próprio criado em 2015 informalmente e a documentação ano passado eles conseguiram acertar. Então, essa apreciação aos senhores vereadores, pedido de voto favorável para que nós possamos aqui continuar esse desenvolvimento das crianças. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Carlinhos Oliveira: Conheço o pessoal da ADAF também. Nós como vereadores temos que dar esse título de utilidade pública às entidades principalmente na questão do esporte que busca através dessa utilidade pública poder conseguir algum recurso financeiro junto ao poder público e isso é que nós podemos estar fazendo e colaborando com essas entidades. Parabéns pela proposição. - Vereador Pedro Sampaio: Cascavel merece oportunizar a ADAF essa utilidade pública pra que eles possam angariar recursos para que não tenham as atividades interferidas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Serginho Ribeiro: Também quero parabenizar. Uma apreciação super importante, a valorização. Tanto se fala em esporte hoje no Brasil quando se fala em fomentar o esporte, talentos. Quanto é importante o sonho de uma criança, ela poder ser valorizada. Peço voto também favorável. - Vereador Pedro Sampaio: Obrigado. O presidente amanhã trará algumas crianças aqui para que os vereadores também possam conhecer e se familiarizar com os futuros atletas da nossa cidade. Peço voto favorável. – Presidente: Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Finda que está a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Celso Dal Molin. – Vereador Jaime Vasatta: Questão de ordem. Abro mão da palavra. - Vereador Olavo Santos: Questão de ordem. Abro mão da palavra. - Vereador Valdecir Alcântara: Questão de ordem. Abro mão da palavra. – Vereador Mazutti: Questão de ordem. Abro mão da palavra. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Vereador Celso Dal Molin: Como sabem, a gente está trabalhando junto com essa Casa muito pra cuidar das nossas águas. Me chama muita atenção nas últimas análises que saiu semana passada o índice alto de contaminação. O solo freático está contaminado e as águas estão contaminadas. A água das fontes nem que ferva não vai resolver o problema. Essa água tem que ser preservada, cuidada e deixarem no curso dela, não podemos eliminar fontes porque ela vai ser tratada e tratada ela pode vir para nós. A placa vai estar lá, se alguém quer consumir essa água com contaminações aí é uma decisão própria. Estamos fazendo análise de águas que estão sendo vendidas nos mercados também, um cuidado importante para cada um de nós para que a gente possa ter uma vida sossegada. Não consuma água das fontes de jeito nenhum, não adianta ferver que não vai resolver o problema. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Parra. - Vereador Parra: Vou abrir mão da palavra, falaria sobre o aditivo que o governo do estado através da Secretaria de Saúde destinou a Uopecan, mas amanhã usarei a palavra, falarei sobre o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

assunto, após receber os documentos. – Presidente: Com a palavra vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Chama atenção uma matéria do STF que decide que sacrifício de animais em cultos religiosos é constitucional. Se fala tanto em bem-estar animal e aí literalmente vem esses senhores do Supremo Tribunal Federal que não me representam jamais, principalmente tem um bando de velho babão lá e simplesmente passou da hora de tirar esses. Um cara se forma, batalha, mas para o bem próprio. Eu fico impressionado como que se pode no Brasil ainda se falar em representatividade, falar em tanta moralidade e nós vemos uma situação dessas falando que não se trata de sacrifícios de sacralização para fins de entretenimento, mas sim para fins de exercício de um direito fundamental que é a liberdade religiosa. Não existe tratamento cruel desses animais, pelo contrário, essa sacralização deve ser conduzida sem sofrimento inútil do animal. Como que não vai sacrificar, matar num culto religioso? Absurdo. Esse é o problema do nosso Brasil. Vem de cima para baixo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rafael Brugnerotto: Parabenizar o senhor por essa fala. Também quero deixar registrado aqui minha indignação com essa decisão é uma decisão que em que pese ter vindo do Supremo Tribunal Federal não é constitucional, mas não é a primeira vez que o Supremo Tribunal faz isso, até porque eu entendo que a liberdade de religião está garantida, necessária esta garantia, mas nenhum direito é absoluto. As Testemunhas de Jeová se recusam a fazer transfusão de sangue, agora eles não podem se recusar a fazer isso se implica na vida. Hoje o direito já relativiza isso e relativiza isso e permite sim sangue porque entra em conflito duas normas constitucionais: o direito da liberdade religiosa e o direito à vida, pela ponderação o que deve prevalecer é o direito à vida. Vida dos animais não pode ser relativizada por um mero capricho o entendimento de que aquilo que trata de uma liberdade religiosa. Não podemos colocar o manto da liberdade religiosa para cometer crime, é um crime os maus-tratos. Infelizmente a decisão do STF foi inconstitucional e não garantiu o direito à vida dos seres que estão aí e que merecem nosso respeito. Então, me solidarizo e vamos trabalhar em alguma Moção, alguma coisa para gritarmos e dizemos que está errado e isso não pode continuar. - Vereador Serginho Ribeiro: Obrigado. Com certeza vamos fazer uma Moção de repúdio que é um absurdo. Tanta gente batalhando para proteção animal, e eles vão na contramão. Os maiores bandidos estão lá. Vamos fazer uma Moção de repúdio sim. O Brasil é uma piada no exterior literalmente, se tornou piada devido a esses caras que passaram por lá tantos anos roubando o Brasil. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Venho falar da comunidade Jangadinha que semana passada mobilizou todos os vereadores em reunião com prefeito Paranhos. Após a reunião nosso mandato foi até a comunidade e fez um vídeo. Eu queria exibir hoje para vocês. (Exibição de vídeo) Entendo que vai ser uma derrota imensa para essa casa, uma derrota imensa para a prefeitura e para essas famílias ver os tratores derrubando essas casas e arruinando essas famílias porque o INCRA, o estado não cumpriu o seu compromisso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Alcécio Espínola: Aqueles dias que eu fiquei na prefeitura eu fiz no período de férias do prefeito Paranhos eu falei com ele duas vezes, uma das vezes que eu falei com prefeito foi esse tema. Eles me visitaram, ouvi todas as famílias, eles me levaram uma documentação e eu não me aguentei, atrapelei as férias do prefeito porque é um tema que comove todos nós, é um tema que precisa ser dada atenção e eu fiquei muito feliz quando aquele dia vários vereadores puderam também atravessar a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

rua e conversar com prefeito Leonaldo Paranhos. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rafael Brugnerotto: O que o INCRA fez é um estelionato, um absurdo, iludir famílias durante 20 anos. Construíram toda sua história ali com seu suor, isso daqui é inadmissível. Temos agendada uma reunião com secretário da casa civil Guto Silva no dia 3 às 17 horas e eu espero que eles se comovam com essa situação e resolvam o problema. - Vereador Paulo Porto: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Conte comigo, estamos juntos nessa situação. - Vereador Paulo Porto: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Olavo Santos: Dizer inclusive da boa vontade do proprietário em dialogar e esperar mais por essa ordem de reintegração de posse, é salutar. Creio que se outros colegas quiserem também estar presente na quarta-feira nessa reunião só vai engrossar as fileiras. Precisamos dar a resposta. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Compartilhem o vídeo, é um vídeo sem autoria, é um vídeo em defesa de Cascavel, dessas nossas famílias. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mauro Seibert: Nessa reunião que vocês vão ter vai estar algum representante do INCRA e quem fazia parte do INCRA nesse passado recente que não percebeu ou não orientou essas famílias, tem o nome desse representante que fazia e fez na verdade toda essa papelada para chegar aonde chegou? - Vereador Paulo Porto: Foram 20 anos, são nome de uns 10 provavelmente autoridades do INCRA. - Vereador Mauro Seibert: Tem que ser responsabilizar as pessoas que estavam à frente do INCRA. - Vereador Paulo Porto: Compartilhem esse vídeo. É uma bandeira dessa Casa. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Vou falar do caos da saúde Pública de Cascavel. Um exemplo da Dona Edi, 91 anos fazendo hemodiálise lá há mais de 12 dias na UPA pelo amor de Deus pedindo uma vaga. E nós aqui apoiamos a compra do Hospital Santa Catarina. Onde que está o nosso prefeito que não abre esse Hospital Santa Catarina? Fala que está reformando. Temos que ver se realmente tem a reforma porque isso é improbidade administrativa. O povo precisando e o prefeito querendo esperar o ano da eleição para fazer. Nem começaram o posto de saúde do Rio do Salto. Se o Carlinhos for lá pegar para internar está furando a fila. Será que nós vamos abrir uma... por improbidade administrativa contra o prefeito e o secretário. Vamos parar de dar três milhões para mídia e vamos gastar na reforma. Falta administração nesse município, falta administração do INCRA, falta administração no Poder Judiciário, 20 anos iludindo. O que nós podemos fazer nesses dois casos? Final de semana não a tua tia, mas o seu Pedro e eu tentando internar no Salete não conseguindo porque é problema respiratório. Podia estar internada no Santa Catarina. Paga R\$ 200,00 uma consulta a partir da meia-noite nas UPAs e nós vamos sexta-feira no secretário que eles tem medo de por o paciente no posto, mas não tem medo de deixar o paciente morrendo lá na UPA. No Ministério Público não adianta ir. Primeiro temos que primeiro derrubar o Ministério Público. Abri um da comissão deles e estão querendo de todo jeito querendo arquivar para proteger o incompetente do Ministério Público. Nós temos que abrir esse Hospital Municipal. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Parra: Toda a população sabe desse sofrimento da questão da saúde, mas tentamos, fomos à Foz do Iguaçu, fomos alguma cidade conhecer a tal da gestão plena. Infelizmente é barrada quando você traz essa discussão não sei por quem que não quer que a saúde de Cascavel vire gestão plena. O Prefeito não pode ser responsabilizado quando o estado não interna essas pessoas. Está funcionando a UPA Brasília Onde é o hospital Santa Catarina e a gente precisa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cuidar da reforma e construção da UPA Brasília para que tão somente quando acabe transfere a UPA Brasília lá para o seu lugar original e aí sim nós abrimos o hospital, mas não podemos colocar uma culpa na questão de internamento, na questão de cirurgia, já que o senhor conhece a lei e sabe que o município não pode. (-Um aparte) - Vereador Bocasanta: Pois não. – Vereador Olavo Santos: Na economia que fizemos na Câmara de vereadores quando devolvemos ao prefeito, foi solicitado que 1 milhão da economia fosse utilizado na compra do hospital Santa Cruz. - Vereador Bocasanta: O seu pensamento, Parra, que foi você e o prefeito buscar dinheiro pra Uopeccan que tem um monte de dinheiro, por que não foram buscar dinheiro para o Hospital Santa Catarina? Ao invés de trazer dinheiro pra onde já tem, vamos trazer pra outros lugares. Esse prefeito tem que começar nos ouvir. Dinheiro tem, é má gestão. – Presidente: Com a palavra vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Essa família da Jangada Taborda que vem na Câmara, vereador Parra foi um dos principais idealizadores de fazer uma Moção para que o governo do estado tente interferir nessa situação dessas casas que estão lá há muito tempo e não foi regulamentada nem pelo INCRA, e o proprietário também tem razão dele que é um bem dele e ele não recebeu esse dinheiro, então está tentando buscar a melhor maneira possível para resolver. Vereador Parra na época até me convidou para assinar junto a Moção, eu falei que ia assinar de apoiador devido muitas conversas que e tem pessoas que às vezes nunca se colocam no lugar dos outros, ou às vezes tentam jogar pedra em todo mundo, mas ele não olha para ele mesmo. Nessa situação eu na verdade nem sei se foi alguma invasão anteriormente, sei que está o pessoal lá e não estão em situação regular, quando o Parra falou da situação que era uma terra que era do Banestado que ia fazer a Moção, falei que assinaria como apoiador, mas não assinaria como a pessoa que tinha feito a moção para evitar comentários. Após isso, quando tive o convite pra ir lá no assentamento que era no colégio e as pessoas sabem, eu por ser do partido da mulher brasileira, toda situação de alguma mulher independente da classe social se era famosa ou não eu sempre fiz uma fala porque apesar de eu trabalhar 26 anos na polícia, sou uma pessoa que nunca preguei violência, nem no início da polícia e nem no final quando eu perdi duas pessoas que é o Sidnaldo e o Pellegrini que eu sempre falo que eram policiais, mas mais que policiais eram amigos meus. Sidnaldo, por exemplo, foi aniversário da morte dele semana passada, era uma pessoa que todas as ocorrências quando eu não estava junto me ligava pra falar da ocorrência, todos os minutos estava na minha casa brincando com meus filhos, minha mãe, que a família dele era de Londrina e ele passava a maioria do tempo dele na minha residência conversando, era um amigo de verdade. Estou falando isso porque quando eu fui com o vereador Paulo Porto no colégio que é no assentamento que teve aquela homenagem lá que do meu ponto de vista não tem nada que denigra os moradores. Cada pessoa, as pessoas às vezes me perguntam por que todo mundo fala dessa Mariele e eu falo que é porque essa Mariele tem pessoas que são seguidores do partido dela, tem gente que quando faz um movimento, faz alguma situação, reúne muitas pessoas em volta. Quantas vezes a gente faz alguma homenagem para algum policial na Câmara e muitas vezes, vem o policial e a família dele e mais nenhum companheiro de farda. Quando a gente quer representar uma classe, quer ter movimento, as pessoas tem que ir em massa, tem que participar. É nesse sentido que a gente tem que falar, nesse sentido que eu tenho um respeito muito grande pelo Alécio que é uma pessoa que sempre defendeu o presidente Bolsonaro



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

desde o início quando ninguém depositava a fé ou achava que ele seria presidente desse país, o Alécio e mais alguns umas pessoas dessa cidade aqui realmente, o Juca Cava mais outras pessoas que a gente acaba esquecendo o nome, mas apesar dele sempre defender ele sempre respeitou todos os vereadores e todos os partidos. E foi o que eu sempre expliquei. A gente tem que ver a honestidade e sou uma pessoa que tento seguir a o máximo, sigo as leis, projetos aqui que são projetos que não têm vício de iniciativa e tem pessoas que não vêm isso. Essa fala eu estou falando para agradecer o Alécio, Jeferson que são pessoas que a gente conhece por isso que eu sempre mantenho uma postura certa, sempre voto em prol das pessoas de bem da nossa comunidade e sempre respeito todo mundo. Eu, apesar de ser policial, algumas pessoas que eu conheço são pessoas que eu já aprendi, já convive nesse meio. Obrigado. – Presidente: Como é o sobrenome do Alécio? - Vereador Policial Madril: Alécio Oliveira. – Presidente: Essa pessoa que o Policial Madril falou até agora é o Alécio Oliveira que acho que ainda continua defendendo o Bolsonaro. Isso é muito importante. – Presidente: Com a palavra vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Ia abrir a mão da palavra, mas depois que o Boca veio e falou ali algumas coisas eu achei na necessidade de eu vir dar uma resposta. Primeiramente eu quero agradecer aqui você Vereador Parra por ter ido a Curitiba nos representar, mas que tinha uma missão naqueles dias um compromisso sério, não podíamos te acompanhar até lá para ver a questão da saúde. Acho que quando a gente traz um recurso para saúde independente para qual hospital que seja eu acho que nós estamos atendendo a população, a saúde que é tão carente. A lei permite que o município gasta no mínimo 15% na saúde e 25 na educação. Em Cascavel nós estamos gastando 33% na saúde e 27% na educação. Por que se gasta mais na saúde do que na educação? Pegamos esse município a maioria dos postos de saúde precisando de reforma, precisando de funcionários. Foi contratado em torno de 1800 funcionários e ainda assim estamos vendo reclamação na saúde que tem pessoas lá na UPA precisando de um leito porque as pessoas muitas vezes não sabem das competências. A competência do leito de saúde não é do município nesse regime que o município está, é de competência do Estado. Eu defendo da prática e da mesma ideia do vereador Parra da gestão plena. Gestão plena nós trazemos a responsabilidade toda para nós, mas para isso temos que convencer as pessoas dessa necessidade. O prefeito Paranhos desapropriou o Santa Catarina, mas ele está sendo usado hoje como uma UPS porque está reformando a do Brasília e quando terminar a reforma da UPA do Brasília ali vai ser sim transformado em um hospital de retaguarda, em um hospital para atender as UPAs de Cascavel. Só que nós não podemos esquecer que esse custo é de 27 milhões para abrir um hospital. De onde vai sair esse dinheiro? Já estamos gastando na saúde 33% e vamos ter que gastar mais para resolver a situação. Quando o vereador Bocasanta fala lá do Rio do salto eu quero dizer para vocês que eu estive lá, realmente não começou ainda a construção do posto, a população está sendo atendida numa casa alugada porque houve uma interdição da Justiça da Justiça que lugar que era o posto de saúde não precisa mais atender. Foi feita a licitação e a empresa que ganhou das quatro empresas não fez a obra, tem que fazer novas licitações, o prazo passa. A situação é complicada, mas assim já se foi feito muito na saúde tendo responsabilidade e tem muito a se fazer. Estive com Dr. Bocasanta e com Rafael agora sexta-feira falando com o secretário de saúde e o Rafael levou uma demanda de uma pessoa que estava esperando segundo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ele há mais de 10 dias. Fomos puxar a ficha da pessoa que tinha sido acidentado no dia 27 lá em Santa Catarina há 2 dias e vinha reclamar para o Dr. Rafael que estava lá na UPA há mais de 10 dias esperando leito. Fomos puxar para ver de onde a pessoa era e era de Jesuíta. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto: Com todo respeito ao prefeito Paranhos, mas argumentar que é caro Hospital Público nós já sabíamos, mas e a promessa de campanha? Fica a expectativa que até o final do governo o hospital municipal esteja atendendo plenamente a população de Cascavel. Fica a expectativa que até o final do mandato seja aberto porque afinal de contas foi promessa de campanha e a gente entende que tem que ser cumprida ainda que falte um ano e pouquinho pra o final do mandato. - Vereador Josué de Souza: Nós não estamos fugindo do Hospital Municipal. Eu passei o valor do custo que é 27 milhões, coloquei o quanto vem de fora para cá com reclamação, jogando a culpa pra esse governo com uma coisa que é de outros municípios, mas nós não fugimos, não negamos o atendimento, e o hospital municipal vai ser sim aberta. – Presidente: Com a palavra vereador Carlinhos Oliveira. - Vereador Carlinhos Oliveira: Abro mão da palavra. – Presidente: Pra fazer agora uso da tribuna livre o Sincovel, Sindicato dos contabilistas de Cascavel de toda a região, Jeferson Bonfim. **TRIBUNA DO POVO:** (O senhor Jeferson Bonfim no uso da palavra falou sobre os trabalhos realizados e também falou sobre a declaração do imposto de renda). – Presidente: Obrigado a todos do sindicato. Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e dez minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

ALÉCIO ESPÍNOLA

Presidente

CABRAL

1º Secretário